

GÊNERO EDITORIAL: UM BREVE ESTUDO DA SUA ESTRUTURA DISCURSIVA

Joatan David FERREIRA DE MEDEIROS (1); Wander BORGES DA CÂMARA (2)

(1) Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Rua Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN

CEP: 59015-000, e-mail: joatanfm@yahoo.com.br

(2) Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Rua Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN

CEP: 59015-000, e-mail: wander_camera@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho versa sobre a realidade discursiva do editorial como gênero textual, evidenciando sua estrutura argumentativa e sua relação com o tempo e o espaço de sua produção, considerando-o como uma realidade histórica e como um evento de comunicação dinâmico. É de natureza teórica com ramificações de análise documental e busca, a partir da comparação entre três textos, um de origem jornalística e o restante produzidos como proposta de avaliação dentro da disciplina de *Leitura e produção de texto II*, entender o editorial enquanto fenômeno lingüístico, próprio do jornalismo opinativo, em sua dimensão estrutural, política e ideológica.

Palavras-chave: gênero editorial, realidade discursiva, jornalismo opinativo.

INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta integra os editoriais produzidos pelos alunos do segundo período do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas na disciplina de Leitura e Produção de Textos II e toma como base, para uma análise comparativa, o editorial de 24 de junho de 2009 do *Jornal O Globo*. O estudo aqui proposto orienta-se para a construção discursiva do gênero em questão, considerando a seguinte estrutura proposta por Faria e Zanchetta Jr. (2002, *apud* PERFEITO): apresentação do assunto, argumentação, conclusão e fecho, sendo este opcional.

Desse modo, pretendemos evidenciar também o impacto que a escolha do título causa na sua construção argumentativa, entendendo o contexto fictício em que foram produzidos os editoriais dos alunos em contraste com o exemplar de circulação nacional.

Todos os editoriais aqui evidenciados discorrem sobre um assunto polêmico, manifestando sua adesão ou rejeição ao conteúdo, por meio de mecanismos argumentativos próprios do jornalismo escrito. Com relação ao assunto abordado, os textos produzidos em sala de aula seguem uma notícia publicada na revista *Veja* de 06 de maio de 2009, que trata das irregularidades na execução do Programa Bolsa Família, apontadas numa auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Já o editorial do *Jornal O Globo*, aborda a legalização do bingo

aprovada em 17 de junho de 2009 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Nessa perspectiva, todas as produções aqui analisadas se encaixam num paradigma argumentativo que propõe a apresentação de idéias, justificativas, sustentações, negociação e conclusão, com uma observação final que ratifica o ponto de vista do editorial.

1 OS GÊNEROS TEXTUAIS NO MEIO JORNALÍSTICO

O papel do jornal dentro do contexto em que está inserido e no qual é produzido, não é tão simples quanto parece. Aparentemente ele é um meio de comunicação cujo único objetivo é informar a população dos principais acontecimentos. No entanto, por menos que queira, sempre acaba transformando-se em um produtor de opiniões.

Báccaro (2007, p. 3) nos coloca que o estudo de gêneros jornalísticos é de enorme relevância social, uma vez que seus “discursos” circulam na sociedade e muitas vezes ajudam a formar opiniões. Ela afirma que “o discurso jornalístico baseia-se na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa ‘neutralidade’, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade”. Para Cavalcanti (1998, p. 1), “o discurso jornalístico se apresenta como simples “mediador” objetivo, num procedimento próximo daquele que ocorre na apresentação das notícias de televisão”.

Ainda segundo Cavalcanti (1998, p. 1), uma das principais características dos gêneros jornalísticos é a presença da heterogeneidade discursiva, a qual transparece “nos comentários metaenunciativos que demonstram uma preocupação do enunciador com o seu discurso”.

Melo (*apud* PEREIRA; ROCHA, 2006, p. 48), classifica os gêneros jornalísticos em dois tipos: *gêneros informativos* (nota, notícia, reportagem e entrevista) e *gêneros opinativos* (editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, crônica, coluna caricatura e carta). Os primeiros se caracterizariam pela objetividade, imparcialidade e pela “análise fria e racional dos fatos”. Já o segundo tipo reflete a opinião do jornalista (ou do jornal ao qual pertence), o fornecimento de dados acerca do fato noticiado e uma clara tentativa de fazer com que o leitor tome posição frente os acontecimentos que estão sendo relatados.

O jornalismo opinativo tem crescido e ganhado espaço de forma contínua nos últimos tempos. Os jornais passaram a ser, além de condutores/formadores de opinião, também detentores de forças políticas e econômicas. Aparentemente, o jornal fala ao poder público e às autoridades em geral em nome da sociedade, tomando como intermediário da enunciação (enunciatário) o seu público leitor. No entanto, por trás de suas palavras estão também a ideologia seguida pelo próprio jornal, os interesses políticos deste e de seus financiadores. Portanto, os gêneros

jornalísticos, em especial os opinativos, perdem sua objetividade tendo em vista alcançar um propósito que está implícito em seu discurso.

Para explicar essa idéia, Baccaro (2007, p. 3) cita Bronckart, que diz que “todo texto inscreve-se no quadro das atividades de uma formação social, e mais precisamente, no quadro de uma forma de interação comunicativa que implica o mundo social (normas, valores, regras, etc.) e mundo subjetivo (imagem que o agente dá de si ao agir)”.

2 O EDITORIAL COMO GÊNERO TEXTUAL

Pinto (2004, p. 1) considera o gênero editorial como “um gênero de predominância organizacional argumentativa e funcional persuasiva”.

O editorial como um elemento do jornalismo opinativo não poderia deixar de ser um dos gêneros discursivos presente no jornal e que expressa o ponto de vista (seja ideológico, político ou econômico) do mesmo.

Em geral o editorialista (profissional responsável pela redação do editorial) não é uma pessoa, mas um grupo de pessoas, que podem ou não partilhar de uma mesma idéia sobre determinado tema. Estes profissionais estão incumbidos da tarefa de passar aos leitores a visão do jornal, que como dito anteriormente, vai depender de diversos fatores como ideologia do jornal, interesses de terceiros (financiadores e acionistas, por exemplo), público alvo, entre outros. Segundo Araújo (2007, p. 3) “ O editorialista possui como função articular um discurso que consiga conciliar as opiniões de todos os que sustentam financeiramente a instituição jornalística. É ainda função do editorialista se posicionar frente a temas polêmicos, aderindo ou rejeitando aos assuntos que estão em foco em âmbito local, nacional ou mesmo internacional.

O gênero Editorial está, segundo Pinto (2004) classificado como um gênero discursivo argumentativo e apresenta em sua estrutura, de uma forma geral: idéias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão. Perfeito (2007), por sua vez, classifica a estrutura composicional do editorial em: apresentação do assunto, argumentação, conclusão e fecho (opcional).

Segundo Araújo (2007, p. 7), “O editorial é resultado de uma atividade lingüística produzida com dada intenção, sob determinadas condições necessárias a que se atinja o propósito visado”. Ainda segundo a autora, os objetivos visados pelo editorial seriam: persuadir o leitor a aderir a posição defendida pelo jornal; levar instituições públicas ou privadas a agirem de acordo com os interesses coletivos ou do próprio jornal. Faria e Zanchetta Jr. (2002, apud PERFEITO, 2007) destacam um vocabulário objetivo e com frases curtas nesta composição.

Aguiar (In: DIONISIO; BEZERRA, 2003, p. 56) reforça a necessidade de um título, afirmando que este “estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, orientando o leitor para a conclusão a que o mesmo deve chegar”.

3 ANÁLISE DOS EDITORIAIS.

Seguindo a proposta acima citada, pretendemos evidenciar ainda os conceitos de tese de adesão inicial e tese de adesão principal, abordados por Abrel (2002), entendendo a tese de adesão inicial como a introdução feita pelo autor do texto para atrair a atenção do interlocutor e a tese de adesão principal como a idéia-chave do texto.

Para que tenhamos um melhor entendimento da proposta dessa análise, optamos por apresentar a organização da estrutura dos editoriais no seguinte formato:

Editorial 1: Escândalo no Bolsa Família.

Tese inicial	Embora o programa exista para beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o TCU flagrou diversas irregularidades em sua execução.
Apresentação de dados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Segundo o MDS, o objetivo do Programa Bolsa Família é beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. 2. Os cadastramentos não estão ocorrendo de maneira coerente, pois o TCU flagrou várias irregularidades na execução do programa.
Argumentação	<ul style="list-style-type: none"> • A corrupção daqueles que não cumprem a lei gera desgaste financeiro no país; • Pelo que apresentou o TCU a lei não está sendo cumprida, especialmente na revisão dos cadastros. • Os beneficiados vão desde políticos eleitos e suplentes até indivíduos já mortos.
Conclusão	Diante dos dados apresentados pelo TCU é preciso, antes de criticar os programas de assistência do governo, pensar em como a política está representada no país.
Fecho	Não apresenta.
Tese Principal	Perante as afirmações do TCU, confirma-se mais uma vez a corrupção no meio público, gerando um desgaste financeiro de grandes proporções que deve ser julgado levando em consideração a inseqüência das pessoas.

Editorial 2: Complexo de Robbin Hood.

Tese inicial	O Bolsa Família deveria ser destinado à alimentação e incentivo à educação de pessoas carentes e, no entanto, seu benefício, segundo o TCU, está sendo desviado para contemplar pessoas que não carecem do auxílio.
Apresentação de dados	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Bolsa família vem sendo desviado para pessoas não carentes. 2. Em uma notícia publicada pela revista Veja o TCU revela diversas irregularidades no programa. 3. Políticos eleitos, suplentes e até pessoas já

	mortas recebem o benefício.
Argumentação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O MDS se defende das acusações do TCU. ▪ As irregularidades denunciam um programa que é alvo certo de corrupção. ▪ Quem paga a conta pelos desvios é, sobretudo, a classe média que paga altos tributos.
Conclusão	A imagem de herói que o governo constrói com os programas assistencialistas é inversa ao complexo de Robbin Hood, pois os altos tributos pagos pela população são desviados para beneficiar quem não precisa, reduzindo o programa a uma estratégia de conquista de votos.
Fecho	Paga-se um preço alto pela corrupção.
Tese Principal	Embora o MDS tenha assegurado não haver irregularidades, estas denunciam um programa alvo de corrupção, fazendo com que a sociedade pague altos preços.

Editorial 3: Aposta errada (*O Globo*).

Tese inicial	Numa atitude preocupante a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou a legalização do bingo no país.
Apresentação de dados	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, numa decisão avalizada por ampla maioria dos seus integrantes, a legalização do bingo no país. 2. Dos 31 parlamentares, apenas cinco votaram contra. 3. Os bingos poderão explorar a modalidade de cartela e também as máquinas caça-níqueis.
Argumentação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A legalização não passa de fachada para a ação de contraventores que há tempos estão envolvidos com esquemas mafiosos europeus. ▪ Trata-se de clara afronta legalizar casas de jogos, pois, geralmente são operadas nas sombras por quadrilhas. ▪ O número de deputados favoráveis, bem como a tramitação da proposta na câmara revela a força de bancada do jogo. ▪ O projeto original previa exatamente o contrário.
Conclusão	Apesar de ser legalizado recentemente, a proposta de liberação já circulava no Palácio e mesmo com a proibição das casas de jogos pelo executivo a atual medida mostra que o Planalto voltou a apostar erradamente na legalização.
Fecho	A legalização do bingo é uma jogada em que vence a contravenção e a sociedade sai derrotada.
Tese Principal	A legalização do bingo, aprovada pela grande maioria dos deputados na Comissão de Finanças, revela a força do lobby dos jogos de azar, que em geral são operados por quadrilhas associadas com esquemas mafiosos, representando uma desvantagem para a sociedade.

É necessário compreender que o editorial tem caráter dissertativo e, portanto, defende teses que geralmente são enunciadas na introdução, estendendo-se, no corpo do texto, a exposição dos fatos e argumentos que conduzirão o leitor, na conclusão, a endossar o pensamento do veículo.

Os editoriais produzidos em sala de aula são breves, com estilo equilibrado e leve, de acordo com a proposta de sua elaboração. Os textos estão divididos entre 3 e 4 parágrafos, apresentando vocabulário acessível. Com relação à contextualização do assunto, identificamos que eles apresentam pontos de vistas mais relacionados ao caráter do programa (Bolsa Família), dialogando com o público-alvo e enfatizando mais a questão social de articulação do programa.

Já o editorial do jornal *O Globo* comporta uma linguagem mais densa e segue numa estrutura argumentativa enriquecida por marcas lingüísticas próprias de um jornalismo de alto padrão que se propõe a tratar o assunto, considerando o contexto de produção do ponto de vista, com a complexidade dos fatos. Desse modo, ao ser desenvolvida a leitura do texto, observamos a construção de proposições que estabelecem relação com a esfera jurídica, política, econômica e social, na construção da tese inicial e principal.

3.1 Relevância dos Títulos junto às operações lingüísticas e cognitivas

Os títulos presentes nos textos em análise serão abordados como elementos textuais que fornecem mais condições para que a macroestrutura do texto possa ser constituída. Nessa perspectiva, entendemos que eles devem proporcionar ao leitor uma visão dos conteúdos tratados, ativando esquemas importantes que correspondem às intenções do autor. Vejamos os títulos dos editoriais escolhidos:

1. Escândalo no Bolsa Família.
2. Complexo de Robbin Hood.
3. Aposta errada (editorial - *O Globo*).

Seguindo as orientações de Ballstaedt, Manddl e Tergan, Marcuschi (1986, *apud* TRAVASSOS), tomaremos a subdivisão dos títulos em *temáticos* e *não-temáticos*. O primeiro título (Escândalo no Bolsa Família), diferentemente dos demais, possui proposições que se encaixam na base temática do texto – logo é *temático*. O texto correspondente comprova a possibilidade de o título avançar expectativas sobre o assunto e fornece ao interlocutor uma visão dos conteúdos tratados que permite sua entrada seletiva, acionando esquemas importantes que correspondem às intenções do autor.

Podemos destacar, por exemplo, vários enunciados que compõe o tecido textual: não estão ocorrendo de maneira coerente com as propostas pré-estabelecidas no programa, foram flagradas milhares de irregularidades, não está sendo cumprido o que determina a lei. Todos eles são ativadores da idéia antecipada pelo título.

Já o segundo e o terceiro encaixam-se dentro dos não-temáticos, pois não estão acomodados na base temática do texto. Considerando que o texto correspondente ao título “Complexo de Robbin Hood” trata das falhas verificadas no Bolsa Família e que o “Aposta errada” aborda a legalização do bingo no país, vivenciamos na leitura uma quebra de expectativa, ao ser esclarecido o conteúdo do texto. Ao lê-los é que percebemos a escolha do título. “Aposta errada”, por exemplo, evidencia a decisão equivocada do planalto, considerada pela base governista, em legalizar o bingo no Brasil.

Partindo da concepção de que a “construção lingüístico-discursiva dos títulos também é determinante para motivar ou afastar do texto o leitor” (TRAVASSOS, 2002), encontramos nos títulos dos editoriais um efeito persuasivo que varia da escolha lexical até a proposta de deixar entrever outros enunciados.

No “Escândalo no Bolsa Família” a carga semântica presente na palavra *escândalo*, choca, de imediato, um possível leitor na medida em que anuncia a opinião do autor. Esse impacto permite que o interlocutor crie expectativas e se dirija ao texto contemplando a proposta perceptiva do periódico.

O segundo “Complexo de Robbin Hood” trata-se de um título metafórico e por isso permite que o interlocutor amplie as possibilidades de sentido e de desenvolvimento do conteúdo que o texto possa apresentar - tendo em vista que o gênero jornalístico é altamente crítico e não usaria em vão um título como este. É o que observamos, também, no título “Aposta errada”.

Além de apresentarem essas características, ambos, partindo do sentido de enunciação dialógica de Bakhtin, incorporam o já dito, estabelecendo um diálogo com o público alvo. A incerteza provocada no leitor, aliada a essa concepção discursiva, também constitui um recurso persuasivo e faz com que ele se interesse pela leitura do texto.

Entretanto, para que a compreensão do título não seja afetada, é necessário que o conhecimento prévio do leitor seja evidenciado para que as macroproposições do texto não se tornem mal interpretadas.

CONCLUSÃO

O trabalho com gêneros textuais é de fundamental importância para quem pretende entender a língua, seus usos e desusos no dia-a-dia. Os gêneros textuais variam e se modificam de acordo com as variações na língua.

Deixamos aqui o nosso entendimento em relação à importância do Editorial. Como vimos, de acordo com os vários autores que consultamos, o gênero textual em questão não apresenta uma estrutura totalmente fixa, como também sua produção não possui regras específicas a não ser a idéia de que o editorial visa alcançar um objetivo que servirá àqueles que o produzem. No mais,

sua produção sempre se dará de acordo com temáticas e propósitos ligados ao funcionamento do meio em que este é produzido e no qual circula.

Por fim, coloca-se aqui a importância de entender como nossa sociedade produz seus discursos e como os faz transitar por diversas esferas públicas e privadas. Portanto, os editoriais, como outros gêneros textuais, se constroem sóciohistoricamente, se automodificando ao longo do tempo, funcionando como modelo para autores e leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGUIAR, Tarcisia Maria Travassos de . Títulos, para que os quero?. In.: DIONÍSIO, Angela Paiva; BEZERRA, Normanda da Silva..(OrgS.). **Tecendo textos, construindo experiências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, v. 1, p. 55-79.
- ARAÚJO, C. R. . **Editorial: um gênero textual?**. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<<http://www3.unisul.br>>>. Acesso em: 25,06,2009.
- BÁCCARO, L. ; NASCIMENTO, E. L. . **O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sóciodiscursivo**: o contexto de produção. In: V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR, 2007, Rolândia-PR. Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR. Rolândia-PR : FACCAR, 2007. v. 1.
- CAVALCANTI Laércio José L.. **A heterogeneidade nos gêneros da imprensa**. 1998. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- MARCUSCHI, L. A. . Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, v. , p. 19-36.
- PEREIRA, Rose Mary Ferreira; ROCHA, Thaís Ferreira da. **Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial**. Maceió, 2006. Disponível em: <<<http://bocc.ubi.pt>>>. Acesso em: 25,06,2009.
- PERFEITO, A. M. . **Gênero editorial: análise lingüística contextualizada às práticas de leitura e de produção textual**. In: Siget - 4o. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais. Tubarão : Ed da Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007.
- PINTO, R. B. W. S. . **A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português**. Calidoscópio, São Leopoldo, p. 25-32, 2004